



REVISTA TURISMO ESTUDOS & PRÁTICAS

ISSN: 2316-1493

Artigo/Article

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES, USOS E APROPRIAÇÕES

COMMUNITY-BASED TOURISM AND CULTURAL HERITAGE: REFLECTIONS, USES AND APPROPRIATIONS

Almir Félix Batista de Oliveira¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações entretidas entre o Turismo de Base Comunitária e o Patrimônio Cultural tanto na sua perspectiva material quanto na sua perspectiva imaterial. O artigo promove reflexões sobre os processos históricos de apropriação do patrimônio cultural pelo turismo, apresentando aspectos dessa apropriação primeiramente pela prática do turismo cultural (visto aqui também como uma prática turística de massa), elencando as próprias mudanças observadas nessa prática ao longo do tempo (como a produção de legislações e de sugestões para utilização planejada desse patrimônio) e expõe para além dessa tipologia a do Turismo de Base Comunitária (aqui encarada como uma nova forma de se fazer turismo), tratando de algumas das suas possíveis definições e comentando acerca da sua história, além de apresentar alguns exemplos de utilização dos seus patrimônios por algumas comunidades que desenvolvem em seus territórios a prática do TBC. **Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária; Patrimônio Cultural; Identidade; Pertencimento.

ABSTRACT: This article aims to examine (investigate, characterize and understand) the relationships between Community-Based Tourism and Cultural Heritage from both its material and immaterial perspectives. The article promotes reflections on the historical processes of appropriation of cultural heritage by tourism, presenting aspects of this appropriation primarily through the practice of cultural tourism (also seen here as a mass tourist practice), listing the changes observed in this practice over time (such as the production of legislation and

¹ Professor Visitante do DETUR/PPGTUR/UFRN. Formado em Administração de Empresas (UFPB). Mestre em História (UFPE). Doutor em História (PUC-SP). Pós-Doutor em Turismo (UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8570-9179>. E-mail: almirfbo@yahoo.com.br





suggestions for the planned use of this heritage) and exposes, beyond this typology, that of Community-Based Tourism (here seen as a new way of doing tourism), dealing with some of its possible definitions and commenting on its history, in addition to presenting some examples of the use of its heritage by some communities that develop the practice of TBC in their territories. **Keywords:** Community-Based Tourism; Cultural heritage; Identity; Belonging.

INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do Turismo como prática social, cultural e econômica (portanto humana) a relação que este tem mantido com o patrimônio cultural tem sido de bastante proximidade e de grande profundidade. Essa relação antiga já ocorria de forma não tão profissionalizada no que ficou denominado de *Gran Tour* (prática realizada pelos aristocratas e intelectuais europeus, iniciada durante o século XVIII, acrescida da alta burguesia europeia e setores da alta burguesia do chamado Novo Mundo, e que consistia na visita a lugares com patrimônio cultural considerado relevante, como sítios arqueológicos, monumentos históricos, museus, cidades antigas, ou seja, lugares que carregam significados históricos, culturais e estéticos, com a finalidade de aprender sobre o passado e a cultura de determinadas regiões), somente aumentou com a institucionalização da prática turística no século XIX e da sua posterior massificação no século XX.

Essa crescente demanda pela realização das visitas aos lugares de valor histórico reconhecido oficialmente ou não, além de promover o próprio consumo do patrimônio cultural também promoveu o reconhecimento da necessidade e da importância da preservação/conservação desse mesmo patrimônio, impulsionando ou mesmo efetivando a ocorrência em todo o mundo de iniciativas de processos de preservação decorrentes do potencial turístico desses respectivos lugares. Os projetos de restauração e revitalização ganharam uma importância muito grande no chamado planejamento urbano das cidades, seja por conta da existência dos monumentos ou equipamentos culturais isolados, seja pela existência de conjuntos de monumentos ou equipamentos culturais compondo principalmente os centros históricos dessas cidades, possíveis de serem usados nos chamados roteiros turísticos-culturais.

Os processos de revitalização e restauração desses patrimônios culturais e a possibilidade da apropriação destes para a construção dos roteiros turísticos-culturais propiciaram e continuam propiciando importantes impactos econômicos muito significativos nas diversas sociedades que os abrigam, incluindo-se aí a sobrevivência ou o potencial desenvolvimento desses lugares histórico-culturais transformando-os em lugares turísticos-culturais, estimulado pelos incrementos ocorridos na economia local, com a geração de diversos tipos de empregos, provocando possíveis aumentos na renda dos que desempenham essas funções garantidos pelos diversos gastos realizados pelos turistas e incentivando o comércio local. Evidentemente que esse impacto econômico precisa estar acompanhado da realização de um planejamento que propicie e garanta uma gestão sustentável desses referidos lugares procurando diminuir ou minimizar os impactos negativos, como superlotação, deterioração física e alteração cultural.

Outro aspecto importante dessa relação entre o turismo e o patrimônio cultural é a possibilidade de valorização cultural, de valorização dos diversos lugares histórico-culturais visitados, assim como das manifestações culturais que fazem parte da tradição,





da memória e da história e se afirmam como um importante referencial de identidade social e cultural promovendo, através desta valorização, a preservação destas, não importando se trata-se de uma comunidade ou mesmo de uma nação. Esta valorização é uma forte promotora tanto do orgulho cultural e da consciência histórica entre os residentes desses lugares como dos próprios visitantes/turistas que a partir destes(as) querem conhecer e aprender sobre as diferenças entre si e o outro.

Dessa relação é que surge a prática do Turismo Cultural e os usos e apropriações realizadas por este segmento turístico do patrimônio cultural. Nesse sentido, o turismo cultural promoverá a visita aqueles lugares citados anteriormente e que possuem significados culturais ou históricos, explorando manifestações culturais como arte, arquitetura, tradições, gastronomia e festivais. Os usos do patrimônio cultural nesse contexto são muito variados e podem influenciar tanto os visitantes (refletindo os seus desejos e vontades e as diversas formas de como saná-los) quanto às próprias comunidades locais onde o patrimônio está inserido ou da qual faz parte. O turismo cultural propõe e promove o intercâmbio cultural entre visitantes (turistas) e locais (residentes).

Uma das formas que essa prática pode influenciar os visitantes é através do caráter educativo que o patrimônio tem ou pode vir a adquirir. O patrimônio cultural tanto em sua vertente material quanto em sua vertente imaterial são marcas do passado existentes e que se mantém no presente, são carregados de saberes, de vivências e de aprendizados. Demonstrem como determinadas questões foram resolvidas anteriormente e como podem ser resolvidas agora. Contam histórias e servem de lastro para memórias individuais ou coletivas. A conscientização da sua importância e a manutenção da sua existência são relações de aprendizado cotidiano. Conhecer sobre o outro que se visita através do seu patrimônio cultural é uma prática enriquecedora e complementar das relações sociais. Os locais de patrimônio cultural servem como ferramentas educativas, ensinando aos visitantes sobre a história, arte e cultura de uma região específica, promovendo a conscientização cultural e histórica, garantindo o respeito à diversidade cultural e a prática da tolerância, reduzindo estereótipos e preconceitos.

Outro aspecto muito importante é que a prática do turismo cultural se constitui em uma possível e provável fonte de receita de grande importância para as comunidades locais. Os meios de hospedagem (hoteis, pousadas etc.) e os locais de alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes etc.) assim como as lojas de souvenirs e principalmente os guias turísticos são diretamente beneficiados quando o fluxo de visitantes aumenta. Esse aumento no número de visitantes e do tempo de permanência deles nos locais com existência de patrimônio culturais usados e apropriados pela prática turística de forma planejada promove o desenvolvimento econômico, contribui no combate à pobreza em áreas historicamente ricas, possibilitando a diminuição de desigualdades sociais e acarretando inclusão de grupos por vezes marginalizados.

O turismo cultural também pode promover, devido a apropriação e uso do patrimônio cultural, a preservação/manutenção dos monumentos, dos sítios históricos, dos conjuntos edificados e até mesmo das manifestações culturais etc. As receitas geradas e arrecadadas pelos entes públicos decorrentes do turismo nesses locais praticado, pode ser uma das fontes de recursos usadas para financiar os mais variados projetos de conservação e restauração, garantindo a manutenção desses locais para os que aí residem, para os que os visitam e principalmente para as gerações futuras. A restauração dos edifícios históricos/monumentos na maioria das vezes pode se



constituir em um atrativo para uma série de investimentos que possibilitam a melhoria na qualidade de vida dos residentes.

Pois bem, essa tem sido a principal forma como a prática turística tem se apropriado do patrimônio cultural e feito usos das suas diversas tipologias. Evidentemente que em muitos casos já se processaram diversas mudanças na forma desta apropriação procurando evitar descaracterizações das manifestações culturais ou respeitando as capacidades de carga de lugares como museus, sítios históricos entre outros para evitar a degradação destes. Essa nova forma de atuação, que procura levar em consideração o planejamento e o uso sustentável desses recursos configuram-se ao nosso ver como uma forma de minimizar os efeitos que o turismo de massa (e não podemos nos esquecer que o turismo cultural é uma forma de turismo de massa) pode causar. E para além disso, o que podemos vislumbrar?

Uma prática turística inovadora e que se contrapõe ao chamado turismo de massa é o que se denomina de Turismo Baseado na Comunidade ou simplesmente TBC (forma mais casual de denominação utilizada para nomear essa prática) e que dentro do campo do turismo procura colocar a comunidade local (em que as atividades se desenvolvem) no centro da cena turística. O presente artigo tem por objetivo promover uma discussão que traga em evidência a relação entretida entre essa prática turística e o patrimônio cultural pertencente às comunidades realizadoras dessa. Procura refletir objetivando compreender as formas de apropriação e uso desse patrimônio, possibilitando a manutenção e a conservação deste e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

O PATRIMÔNIO CULTURAL DO MATERIAL AO IMATERIAL E OS SEUS USOS E APROPRIAÇÕES PELO TURISMO

O patrimônio cultural desde a sua incorporação como algo de grande importância para as sociedades nas quais estavam inseridos² tem sido objeto de diversos debates, ora mais acalorados ora menos, principalmente no tocante a sua preservação, conservação, bem como nos possíveis usos que se podem fazer com estes. Considerados como marcas deixadas do passado no presente, são frutos das disputas, dos embates ocorridos entre os diversos componentes dessas sociedades, tanto numa perspectiva de reconhecimento oficial (quando dos processos de tombamento ou de registro a nível federal, estadual ou municipal/local) quanto numa perspectiva identitária e de pertencimento a um determinado indivíduo ou coletivo sem necessariamente ter um caráter de oficialidade.

Ser fruto de disputas se caracteriza pelo fato de através do seu patrimônio cultural esses diversos grupos querem se ver representados nas histórias transmitidas de geração a geração sobre acontecimentos, lugares, objetos, personalidades, manifestações culturais etc. Nesse sentido, por vezes os próprios processos de definição do que venha a ser considerado como patrimônio (seja material ou imaterial) já

² O debate sobre a importância da preservação do patrimônio cultural se iniciou na França após o advento da Revolução Francesa (1789) e da destruição provocada pelos revolucionários e pelo povo de palácios, objetos (mobiliários, pinturas entre outros artefatos) e as igrejas católicas pertencentes a nobreza e ao clero francês com a proposta de criação no ano de 1937 da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, que os separou em três grandes categorias: 1) Os vestígios da antiguidade; 2) Os edifícios religiosos da idade média; e, 3) Alguns castelos remanescentes do período feudal e dos períodos anteriores a própria revolução.



demonstravam os vencedores das disputas. Nos seus primórdios essa definição ou esse ato de alçar algo a condição de patrimônio era uma prática de poucos e se instaurava no conhecimento técnico e científico sobre estes, onde predominava os aspectos arquitetônicos e construtivos (principalmente os oriundos das elites econômicas, políticas e culturais), bem como servia para justificar uma noção de memória nacional e promover a narrativa de uma história oficial oriunda da ideia de estado-nação.

Ao longo da história dos processos de preservação e de conservação do patrimônio cultural não somente se ampliou a ideia ou o conceito do que seria este, como também se ampliou as diversas tipologias patrimoniais. Se no começo patrimônio se restringia aos estilos arquitetônicos e aos objetos caracterizadores do que denominamos de patrimônio cultural material, a partir de meados e finais do século passado passaram a figurar ao lado desses patrimônios diversos outros caracterizadores do que denominamos de patrimônio cultural imaterial tais como: manifestações culturais e populares, práticas religiosas, práticas gastronômicas, novas tipologias mais modernas a exemplos do patrimônio industrial, do patrimônio ferroviário e do patrimônio geológico.

Pois bem, chegamos ao final do século passado e início desse com uma lista bastante ampliada dos diversos tipos de patrimônio existentes e representativos dos vários grupos componentes das mais variadas sociedades tanto ao redor do mundo quanto localmente (se quisermos identificar os extremos). Evidentemente que essa lista é fruto das diversas lutas e posicionamentos praticados ao longo desse tempo. Lutas por identidade, pela valorização e reconhecimento da importância das memórias de grupos subalternizados, por valorização de lugares de memória não convencionais, luta contra a hierarquização de uma ideia que sempre colocou a cultura das elites como superiores em relação às demais culturais constituintes da sociedade, lutas (observemos no caso brasileiro) oriundas do processo de democratização iniciadas nos fins da década de 1970 e que culminaram não somente com as liberdades políticas e reivindicatórias (com o fim do regime civil-militar em 1985) como produziram uma nova ideia de patrimônio cultural brasileiro existente na Constituição Federal promulgada no ano de 1988.

Esse novo conceito/ideia, forma de se ver ou forma de como se constituía o patrimônio trazido pela Carta Magna consistia em:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Como afirmamos anteriormente um conceito muito mais amplo do que o existente no Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937³ (em seu Artigo 1º) e que

³ A definição ou forma como era constituído o que a partir daquele momento seria considerado patrimônio histórico e artístico brasileiros era a descrita a seguir: "Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de



serviu de base (e que ainda serve para preservação do denominado patrimônio cultural material) para os diversos processos de preservação e conservação do patrimônio cultural brasileiro realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, bem como os processos realizados pelos órgãos estaduais e municipais de preservação, já que esse decreto serviu de inspiração para essas outras legislações. Amplo pelo fato de levar em consideração a existência e a importância de um patrimônio imaterial (para além do material, tangível, palpável ou concreto), que sejam referências de identidade (conceito novo), as práticas realizadas pelos grupos e as memórias desses promovendo o reconhecimento da diversidade já que traz à baila os diferentes grupos existentes na sociedade brasileira.

Como é de conhecimento os usos e apropriações do patrimônio cultural pela prática turística ou como atrativo turístico vem sendo estimulada já a bastante tempo. Iniciada em finais do século XIX (aqui queremos ressaltar como uma prática desenvolvida dentro da produção capitalista dos espaços, pois o turismo surge nesse sentido e se apropria desses lugares a serem visitados para obtenção de lucros através da comercialização destes) com as visitas promovidas a importantes lugares de cunho histórico (os centros históricos) pertencentes às antigas cidades europeias (Paris, Londres, Roma, Madri ou lugares descoberto por escavações arqueológicas como Pompeia e que virou um importante local de visita transformada em Patrimônio Cultural da Humanidade no ano de 1997) ou mesmo aos diversos museus existentes nessas localidades, templos religiosos, mercados públicos (com comercialização de artesanatos e produtos gastronômicos) realizadas no processo de massificação do turismo.

Esses usos e apropriações são inclusive ressaltados e recomendados nos anos de 1967 e 1974 pelas Normas de Quito⁴ e pela Resolução de São Domingos respectivamente, ambas resultantes de dois eventos promovidos pela Organização dos Estados Americanos – OEA e intitulados Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos (ocorrido na cidade de Quito capital do Equador) e I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano (ocorrido na cidade de São Domingos capital da República Dominicana). Nesses dois documentos o uso turístico do patrimônio cultural pode promover a preservação destes, através da produção de dividendos por conta não somente da cobrança de entradas e venda de souvenirs, como também do aumento do fluxo turístico, assim como da maior permanência dos turistas nas localidades, possibilitando um maior recolhimento de impostos decorrentes das visitas, a serem investidas na restauração/manutenção do patrimônio apropriado.

E se pensarmos que logo posteriormente, nos anos de 1974 e 1975 foram produzidos e aprovados os documentos denominados Manifesto de Amsterdã (Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico promulgada no Congresso Sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu e adotado pelo Conselho dos Ministros do Conselho da Europa, evento realizado na cidade de Amsterdã no período de 21 a 25 de outubro daquele ano) e Recomendação de Nairóbi (recomendações decorrentes da 19ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, reunida na cidade de Nairobi, no período de 26 de outubro a 30 de novembro

interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

⁴ Para citação das Cartas Patrimoniais utilizadas na produção deste texto estamos utilizando a publicação Cury, I (Org.) (2004). Cartas Patrimoniais. 3 ed, Rio de Janeiro-RJ: IPHAN.



daquele ano) e que em seu interior traziam a preocupação relacionada à questão da chamada especulação imobiliária realizada principalmente pela iniciativa privada e poderia transformar o turismo em uma ameaça à preservação patrimonial, será nesse mesmo período que irá surgir as preocupações relacionadas com as questões ecológicas e do meio ambiente, do uso sustentável dos recursos naturais e culturais, da importância que planejamento urbano ganha, assim como a preocupação com novas formas de se fazer turismo para além do turismo de massa.

Portanto nas décadas de 1970 e 1980 se o turismo de massa se encontrava em franco e forte processo de desenvolvimento em diversos países pelo mundo em muitos lugares também era possível sentir os seus efeitos negativos. O que se denomina atualmente de “*overturism*” ou turismo de excesso começava a dar sinais de que seria responsável pela possibilidade de perda da identidade cultural, pelo processo de homogeneização das culturas locais (com perda de traços característicos), provocando o desaparecimento parcial ou total com a desvalorização destas. Nesse contexto é que surgirá propostas alternativas à prática do turismo de massa como o Ecoturismo (iniciada em fins dos anos de 1970) e cuja proposta era proporcionar reflexões que levassem em conta às preocupações à degradação do meio ambiente e as questões sociais provocadas pelo turismo em massa.

Mesmo tendo surgido em períodos anteriores, em muitos lugares se intensificará a prática do chamado turismo rural, compreendendo não somente a realização e a valorização das atividades econômicas/produtivas realizadas cotidianamente nesses espaços, mas procurando também valorizar o patrimônio cultural (formas de viver, se alimentar, de habitar entre outras) e do patrimônio natural dessas localidades. No Brasil essa prática se iniciou nos anos de 1980 com a abertura das primeiras propriedades para a visitação turística. Na década posterior (1990) surgirá o conceito e a prática do chamado turismo sustentável oriundos da preocupação com o meio-ambiente e tendo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 03 e 14 de junho daquele ano) como uma das suas principais vitrines e espaço para a defesa das novas preocupações para a prática turística.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: DEFINIÇÕES E UM POUCO DE HISTÓRIA

Dentro desse processo de renovação da prática turística, na busca por formas diferenciadas da realização da mesma, procurando levar em consideração as questões relacionadas ao papel de protagonismo e de responsáveis diretos pelo seu próprio desenvolvimento, de questões relacionadas à sustentabilidade, as relacionadas a preservação do meio ambiente, as de valorização das culturais locais e nesse sentido, da valorização das suas referências culturais representadas pela diversidade de patrimônios culturais existentes e pertencentes a essas comunidades e que veremos surgiu as primeiras iniciativas do chamado Turismo de Base Comunitária – TBC. Conforme Moraes, Irving, Mendonça (2018, pp.251-252) baseadas em Maldonado (2009) as “primeiras experiências de TBC na região surgiram na década de 1980, por iniciativa de populações rurais e de origem indígena da região dos Andes e da América Central” e como aludimos anteriormente estavam “associadas ao reconhecimento da importância de elementos socioculturais singulares e à grande beleza natural paisagística da região”.



Em termos de Brasil conforme o documento Subsídios e Orientações Técnicas para uma Política Nacional de Turismo de Base Comunitária do MTur (2023, pp.18-19) podemos observar que datam da última década do século passado as primeiras experiências das quais podemos destacar:

1993/1994 – Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha de Canto Verde, em Beberibe, no estado do Ceará, pela Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde – criada em 1989, para articular a defesa do território da comunidade caiçara.

1997 – Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Reservas Extrativistas de Curralinhos e de Pedras Negras, no estado de Rondônia, envolvendo a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé, Organização dos Seringueiros de Rondônia e as organizações não-governamentais

1997 – Pousada Aldeia dos Lagos, em Silves, no estado do Amazonas, envolvendo a WWF Brasil e uma associação de base local, a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC –, responsável pela gestão da pousada

1999 – Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima, no estado de Santa Catarina, envolvendo várias comunidades rurais, em parceria com a Cooperativa de Agricultores Ecológicos – AGRECO

1999 – Pousada Flutuante Uacari gerida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM – e pela Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo de Mamirauá – AGEMANN –, em Tefé, no estado do Amazonas.

Propostas que despontavam em diversos estados brasileiros (como podemos observar na citação) e que conseqüentemente proporcionaram a montagem de redes de trabalho colaborativos para refletir e recomendar ações para a resolução conjunta dos problemas que surgiam ou poderiam surgir promovendo maior integração, a exemplo da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol) e da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). Em meio às ações práticas e cotidianas de trabalho das comunidades em levarem a cabo a implementação e o desenvolvimento das propostas de TBC nesse período, também é possível observar algumas ações de diversos organismos para consolidação das atividades. Gostaríamos de citar entre essas:

1) Encuentro Técnico Internacional sobre Gestión del Turismo Sostenible y Competitivo: Alianzas entre Estado, Empresa y Comunidad, realizado de 12 a 14 de setembro de 2001, em Otavalo, Equador, promovido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, do qual resultou Declaração de Otavalo sobre Turismo Comunitário Sustentável, Competitivo e com Identidade Cultural e que contou com a participação dos seguintes países: Bolívia, Equador e Peru;

2) II Encontro Regional da REDTURS, em outubro de 2003, em San José, na Costa Rica, também promovido pela OIT e pela Rede de Turismo Sustentável Comunitário da América Latina – REDTURS, onde foi produzida Declaração de San José sobre Turismo Rural Comunitário, e que contou com a participação dos seguintes países: Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru;

3) Reunião às vésperas da Assembleia Geral das Nações Unidas, iniciada em 13 de setembro de 2005, em Nova York, EUA. Reunião promovida pela Organização Mundial do Turismo – OMT e da qual resultou a Declaração sobre o Turismo ao Serviço dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio com a participação dos países membros da Organização das Nações Unidas – ONU;



4) Fórum de Turismo da Cúpula dos Povos, realizado em 21 de junho de 2012, no Rio de Janeiro-RJ, Brasil, promovido pela Cúpula dos Povos⁵ em conjunto com o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 – CFSC, do qual resultou a Declaração da Cúpula dos Povos sobre Turismo, Sustentabilidade e Futuro;

5) XXIII Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo, realizado de 3 a 4 de setembro de 2015, em Lima, Peru, com o tema “Turismo rural comunitário: agenda para um desenvolvimento mais competitivo e sustentável”, promovido OEA e pelo Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral – CIDI, do qual resultou Declaração de Lima sobre Turismo Rural Comunitário nas Américas e que contou com a presença dos países membros da OEA.

Esses eventos e os diversos documentos produzidos/derivados destes possibilitaram a consolidação das conceitualizações sobre TBC que irão surgir ao longo da implementação, da reflexão e dos processos de avaliação sobre sucessos e necessidades de mudanças nas referidas práticas. Definição como a proposta pelo Projeto Bagagem (encontrada em sua página na internet – <https://www.atados.com.br/ong/projeto-bagagem> - Acesso em 02/09/2024) e que diz:

Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza.

A conceitualização seguinte é a do especialista da OIT e do coordenador da RedTurs, Carlos Maldonado (2010, p.16), e segundo este:

Por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida

Poderíamos elencar algumas outras conceitualizações porém acreditamos que essas duas nos possibilitam observar não somente questões mais gerais relacionadas a forma de gestão (autogestão dos recursos) e da maneira de realização das atividades (coletiva e equânime das tarefas), compartilhamento dos dividendos e dos resultados obtidos, além é claro do caráter de transparência na realização das ações, como também

⁵ A Cúpula dos Povos constitui-se em um evento que ocorreu momentaneamente com a Rio+20. O evento foi organizado por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de diversos países, realizado no período entre os dias 15 e 22 de junho de 2012, no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. O principal objetivo foi o de discutir as causas da crise socioambiental, propor soluções práticas, bem como fortalecer as ações dos movimentos sociais do Brasil e do mundo. O organizador Cúpula dos Povos foi o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 (CFSC), que reuniu uma enorme diversidade de organizações brasileiras atuantes em áreas como direitos humanos, desenvolvimento, trabalho, meio ambiente e sustentabilidade. No dia 21 de junho dentro da programação do evento foi realizado o Fórum de Turismo da Cúpula dos Povos 2012.



nas questões digamos mais específicas e central para as discussões abordadas aqui nesse artigo, que se relacionam com a valorização histórico-cultural dessas comunidade onde se desenvolvem a prática do TBC, bem como com os saberes, os fazeres, as formas de morar, etc., relacionados às práticas cotidianas ou em momentos mais especiais e que são bem representados pelos patrimônios culturais pertencentes a esses referidos grupos sociais.

Nesse rol de atitudes diferenciadas em relação a apropriação do patrimônio cultural (não deixando de levar em consideração o papel de identidade e pertencimento que esse patrimônio pode proporcionar) podemos elencar: 1) a busca pela sustentabilidade, proporcionada pelo equilíbrio entre as condições naturais e os usos culturais que podem ser dados as mesmas, promovendo o respeito a natureza e o reconhecimento da diversidade cultural; 2) no reconhecimento dos saberes diversos e das formas diversas do fazer, a promoção da valorização das culturas locais, com responsabilidade e a demonstração da tolerância para com o diferente e diverso; 3) o reconhecimento das ancestralidades, das práticas tradicionais, do papel da memória como elo de ligação entre as gerações e na construção da identidade dos grupos sociais e consequentemente das comunidades.

Ainda em relação aos usos e apropriações que o TBC pode fazer do patrimônio cultural fica notório o da participação da própria comunidade e papel fundamental desempenhado por essa na definição das estratégias de uso desse patrimônio por essa forma de se fazer turismo. Esse papel inclui desde a identificação dos recursos patrimoniais significativos existentes, a melhor forma sobre como esses recursos serão utilizados através das montagens dos roteiros de visitação, das informações que serão fornecidas sobre esses e principalmente seu uso de forma planejada e sustentável que garanta a sua real e correta preservação e manutenção. Tem-se assim o TBC como propiciador de um turismo mais sustentável (responsável), minimizando os impactos negativos no ambiente e na comunidade. Isso é especialmente importante no contexto de patrimônio cultural, onde a super exploração turística pode causar danos irreversíveis.

METODOLOGIA

O presente artigo que agora se apresenta tem por objetivo examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações entretidas entre o Turismo de Base Comunitária – TBC e as formas como este se apropria ou faz uso do Patrimônio Cultural existentes nas comunidades em que é desenvolvido. O artigo busca compreender como a utilização do patrimônio – tanto em sua vertente material, quanto em sua vertente imaterial – podem contribuir para o desenvolvimento econômico e para os desenvolvimentos social e cultural, portanto, humano, dos cidadãos componentes dessas comunidades.

Para a sua construção utilizamo-nos de literatura existentes relacionada ao patrimônio cultural (que abarcam processos de preservação, dossiês produzidos para justificação do registro desses patrimônios pelo Conselho Consultivo do IPHAN, atas de reunião do referido Conselho, além de reflexões teóricas sobre a temática a partir de livros e artigos científicos publicados em periódicos relacionados a essa temática), de material (livros e artigos científicos publicados em periódicos) relacionados à temática do TBC, como também de material (resoluções, recomendações e cartas) tratando tanto da temática do patrimônio cultural quanto do TBC produzidas por órgãos internacionais.



Procuramos através da apresentação de dois exemplos de patrimônios culturais registrados pelo IPHAN como patrimônios culturais imateriais brasileiros elencados a seguir: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – AM e o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – SP onde se desenvolvem experiências de Turismo de Base Comunitária refletir sobre esse uso e apropriação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesses mais de 30 anos de desenvolvimento de ações/atividades de Turismo de Base Comunitária no Brasil são inúmeras as experiências identificadas, algumas exitosas outras nem tanto. Caracterizam-se por se constituírem também ações de resistência frente ao chamado turismo de massa, configurando-se ao nosso ver como uma forma muito diferente de se fazer essa prática pensada muitas vezes anteriormente somente como responsável pelo desenvolvimento econômico (sem levar em consideração o desenvolvimento das questões sociais, culturais, humanas), na maioria dos casos meramente de alguns (aqueles diretamente ligados com a venda das atrações turísticas) deixando em segundo plano vários outros componentes da cadeia produtiva do turismo.

Um desses componentes é a comunidade e o papel a ser desempenhado por estas nos espaços onde as práticas turísticas se desenvolvem ou podem vir a se desenvolver. Esse papel, nessa nova forma de turismo, é o de protagonista. É de coletivamente decidir de que forma esta (comunidade) vai querer desenvolver ações que possam agregar valor sobre suas práticas cotidianas e que tenham tomado essas habilidades como referência, pois elas também se constituem em patrimônio pois abarcam modos de vida, e dentro desses modos de vida encontramos formas equilibradas de se relacionar com a natureza (fauna e flora), de se relacionar com o sagrado, de praticar formas de curas e de medicação, formas de se alimentar e formas de cultivar, entre outras.

Configuram-se como exemplos onde ocorrem práticas de TBC e que concomitantemente se encontram na qualidade de patrimônio culturais imateriais reconhecidos pelo IPHAN o Sistema Agrícola Tradicional (SAT) do Rio Negro (no Estado do Amazonas) e o Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale da Ribeira (pertencente ao Estado de São Paulo). O SAT do Rio Negro foi registrado conforme a decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, por sua importância e a necessidade de preservação dos conhecimentos aí produzidos e repassados de geração a geração ao longo do tempo, através do processo administrativo nº. 01450.010779/2007-11, na data de 05 de novembro do ano de 2010, sendo a decisão proferida na 65ª reunião do Conselho. Esse registro e a sua minuciosa descrição ajudam a compreender a complexidade e a importância do sistema agrícola tradicional na região, destacando sua integração com a cultura, a economia e a sustentabilidade ambiental das comunidades indígenas do Rio Negro.

O SAT das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira foi oficialmente registrado e reconhecido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na 90ª reunião do Conselho datada de 20 de setembro de 2018, conforme o Processo Administrativo nº 01450.004794/2014-59 e esse registro contando também com minuciosa descrição dos conhecimentos produzidos evidenciava a riqueza cultural e a importância do SAT para as comunidades quilombolas, destacando sua contribuição para a biodiversidade local, a segurança alimentar e a preservação do patrimônio cultural. Apresentamos uma descrição sobre cada um deles a seguir.

SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO – AM

O Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, abrange as práticas agrícolas e culturais das comunidades indígenas da região do médio e alto Rio Negro, (especificamente os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira) no estado do Amazonas. Este sistema é uma complexa rede de saberes, práticas e trocas culturais entre os diversos grupos indígenas (envolve mais de vinte e dois grupos indígenas dos troncos linguísticos Tukano Oriental, Aruak e Maku, constituindo-se em um sistema multiétnico e multilinguístico), destacando a importância da agricultura de coivara, a cultura material e a organização social na sustentação e evolução dessa prática, sendo caracterizado por redes de troca e interdependência cultural e social.

A prática da agricultura de Coivara constitui-se, portanto, em um saber tradicional e é central, envolvendo a derrubada, secagem e queima da floresta para criação de clareiras, onde são plantadas as roças em ciclos de dois a três anos, e a prática exige a movimentação contínua entre áreas cultivadas. Esse sistema inclui roças de primeiro e segundo ciclos e sistemas agroflorestais, com uma estrutura de cultivo que garante a sustentabilidade e o menor impacto ambiental possível, promovendo equilíbrio na relação com a natureza. A principal planta cultivada é a mandioca, com a seleção de outras espécies que beneficiarão o cultivo desta, mantendo assim a diversidade genética das plantas que é aprimorada através das redes de troca de mudas entre diversas etnias. As práticas agrícolas são principalmente femininas, incluindo o manejo das plantas e a produção da diversidade genética.

Outra exemplificação do patrimônio cultural existente na comunidade é a relacionada a cultura material, incluindo artefatos e cestarias usados no processamento dos alimentos, desempenha um papel crucial e é fabricada localmente ou também trocada entre etnias. O morar se configura também como algo tradicional e demonstra o papel que a cultura denota no sistema, pois as roças e os espaços próximos às casas são fundamentais para a experimentação e processamento dos alimentos. Consequente a questão do morar e do produzir se configura a forma de se alimentar em que a dieta tradicional se baseia no consumo de peixe e mandioca, embora haja variações devido a novos contextos religiosos e urbanos, sendo os saberes e normas associados ao uso coletivo da terra e acesso às plantas cultivadas fundamentais para a manutenção do sistema.

Figura 1. Capa Dossiê SAT Rio Negro



Fonte: IPHAN

Figura 2. Plantações, Produtos, Moradias e Utensílios – SAT Rio Negro



Fonte: IPHAN

Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – SP

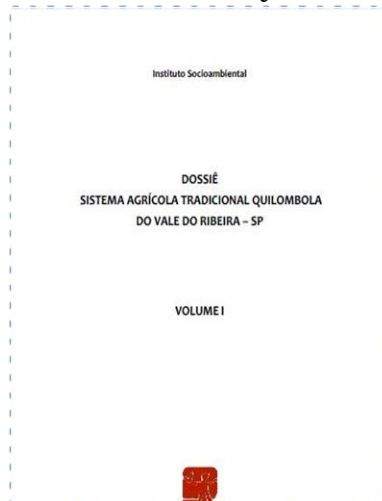
A descrição do Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira evidencia um patrimônio cultural profundamente enraizado e multifacetado, constituindo-se em uma expressão cultural que abrange práticas agrícolas, conhecimentos tradicionais e modos de vida que remontam a séculos, envolvendo não apenas o cultivo de alimentos, mas também aspectos culturais como música, dança e outras formas de expressão. As práticas tradicionais de cultivo incluem o uso de roças de coivara itinerantes, onde são cultivados principalmente mandioca, milho, feijão e arroz e para além desses cultivares principais, são manejadas mais de 240 variedades de plantas, tanto alimentares quanto medicinais e outras, como aquelas usadas na construção e confecção de peças. Constata-se que as plantas cultivadas são predominantemente crioulas, preservadas e trocadas entre as comunidades;

Nessa perspectiva o cultivo de alimentos é crucial para a sobrevivência das comunidades quilombolas e sua permanência em áreas remotas do Vale do Ribeira. As práticas agrícolas estão intimamente ligadas à organização social e às redes de troca e comercialização que envolvem várias comunidades quilombolas e essa troca de sementes e plantas é uma prática essencial que contribui para a diversidade genética e a segurança alimentar, incluindo nesse contexto o fato do Vale do Ribeira consistir em uma área muito significativa para a biodiversidade, pois ainda conta com cerca de 21% de Mata Atlântica originária do Brasil, desfrutando para garantia da preservação/manutenção da sua rica flora e fauna local com 24 unidades de conservação.

O SAT é resultado histórico da experiência dessas comunidades desde o período colonial e continua a ser o principal meio de subsistência para muitas famílias, ou seja, a interação histórica com o território levou ao desenvolvimento de formas únicas de organização social e uso do espaço, possibilitando a sobrevivência dos diversos grupos. Pode-se observar que embora o sistema agrícola possa ter evoluído (sofrido mudanças) ao longo do tempo, ele continua sendo uma parte vital da vida das comunidades quilombolas.



Figura 3. Capa Dossiê SAT Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira



Fonte: IPHAN

Figura 4. Produtos, Plantações, Moradias, Utensílios e Igreja – SAT Vale do Ribeira



Fonte: IPHAN

Para além desses dois já consagrados exemplos de apropriação do patrimônio cultural pelo TBC gostaríamos de trazer para essa reflexão alguns outros encontrados na literatura sobre essa temática e elencados a seguir: o primeiro exemplo é o da Comunidade Chã de Jardim localizada na cidade de Areia, no Estado da Paraíba; o segundo exemplo é o da Comunidade Quilombola – Quilombo Quingoma, localizado em Lauro de Freitas, Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia; e por fim, o terceiro exemplo é o da Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios, localizada nos municípios de Canguaretama e Goianinha, no Estado do Rio Grande do Norte. Assim como nos primeiros dois exemplos queremos com os últimos demonstrar como tem sido feita as apropriações e os usos do patrimônio cultural pelas práticas de TBC desenvolvida nesses espaços.

O trabalho com turismo na Comunidade de Chã de Jardim (na atual forma como é realizado atualmente⁶) se iniciou com a criação da Associação para o Desenvolvimento

⁶ No ano de 1995 após os governos federal, estadual e municipal resolverem criar uma unidade de conservação estadual e transformar a Mata do Pau-Ferro no Parque Estadual Mata do Pau-Ferro, as famílias residentes neste espaço vivendo da agricultura e da pecuária de subsistência passaram a morar



Sustentável da Comunidade da Chã de Jardim – ADESCO, entidade que tinha por objetivo de planejar as possíveis atividades turísticas que poderiam gerar renda para os integrantes desta comunidade. A ideia surgiu após a participação de um grupo de 20 jovens pertencentes a igreja católica em um curso com a temática do associativismo promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e que contou com a parceria e o apoio da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Após essa ação e a criação da associação o grupo resolveu reabrir a fábrica de polpa de frutas (que se encontrava fechada a mais de 11 anos) e a retomada das visitas ao Parque. Em decorrência dessas experiências é que começam a surgir outras iniciativas e uma delas é a criação do restaurante Vó Maria (com o intuito de possibilitar a criação de vagas de trabalho e geração de renda para outros participantes da associação).

A Comunidade Quilombola – Quilombo Quingoma, encontra-se localizada em Lauro de Freitas, cidade componente da Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia e conta com registros de atividades que remontam à segunda metade do século XVI (mais precisamente o ano de 1569) já que a capital da colônia e sede do novo governo-geral (fundada em 1549), a cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos, rapidamente transformou-se em das principais cidades do novo mundo e o principal centro da indústria do açúcar, bem como do intenso comércio de escravizados trazidos de África, o que demonstra que a prática da fuga e constituição de comunidades nesse formato se iniciaram logo quando da chegada destes ao Brasil. A comunidade tem sofrido muito com a questão da especulação imobiliária⁷ na região e as diversas tentativas de desapropriação do seu território, seja por vias legais (processos na justiça) quanto por tentativas de ameaças à vida de lideranças quilombolas como por exemplo as feitas à líder Rejane Rodrigues. As atividades turísticas desenvolvidas na comunidade ligam-se a práticas socioeducativas relacionadas às manifestações culturais como as apresentações de samba de rodo, capoeira, maculelê, contação de histórias etc., além da prática da economia de subsistência com busca equilibrada da exploração do meio ambiente.

A Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios, encontra-se localizada em área fronteira entre os municípios de Canguaretama e Goianinha, no Estado do Rio Grande do Norte. Assim como a Comunidade Quilombola Quingoma, os moradores da Comunidade do Catu também vem sofrendo intimidações, centralizadas na pessoa do seu líder Luiz Catu (que já recebeu ameaças de morte por fazendeiros da região, tendo sido solicitado pelo Ministério Público Federal proteção policial para a sua vida). O início das visitas turísticas⁸ a comunidade passou a ocorrer após a implantação do campus

margem da rodovia PB-079, fora da unidade. Para possibilitar a sobrevivência foi construída uma fábrica de polpa de frutas e a proposta é que estes aproveitassem o Parque (visitações) para implementar a prática turística. Em decorrência da falta de capacitação e do próprio interesse da população local (afinal eles eram agricultores), os projetos terminaram sendo finalizados.

⁷ A Comunidade Quilombola Quingoma, desde o ano de 2013 é certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares – FCP, porém isso nunca foi empecilho para que esta sofresse e sofra múltiplas formas de violência e de práticas racistas. Mesmo certificada e estar situada em uma Área de Preservação Ambiental – APA, o processo de regularização fundiária está paralisado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, desde 2015.

⁸ As primeiras incursões a comunidade tinham por objetivos a realização de trabalhos de pesquisas para produção de conhecimento sobre a vida cotidiana, incluindo aí o tratamento dado a conservação da floresta (se faz importante ressaltar que a comunidade está instalada em uma área de proteção ambiental denominada Piquiri Una – APAPU), assim como conhecer o cabedal cultural e as práticas de ancestralidades da comunidade.



do Instituto Federal do Rio Grande do Norte na cidade de Canguaretama e do Curso de Gestão de Turismo que possibilitou a capacitação dos moradores com a implementação da prática do TBC no território. A agricultura familiar (com a produção de subsistência e para comercialização do excedente) é a base das atividades econômicas desenvolvidas no local e a prática do TBC tem também a função de escoar essa produção, promovendo a comercialização daquilo que é produzido pelas famílias da comunidade. Predomina o cultivo do feijão, milho, macaxeira e batata doce que são comercializados em feiras e comércios existentes na região.

A partir dessa rápida descrição das três comunidades aqui tomadas como exemplo propomo-nos (a partir da literatura utilizada) a fazer uma listagem e a análise da forma como estas têm feito uso do seu patrimônio cultural nas práticas de TBC. A seguir dispomos uma tabela com a principais tipologias patrimoniais usadas:

Quadro 01. Patrimônios Culturais Apropriados pelo TBC nas Comunidades Estudadas

Comunidade	Patrimônio Cultural Apropriado/Utilizado
Comunidade de Chã de Jardim	<u>Produção Agrícola/Respeito a Natureza:</u> A produção agrícola se dá através da Agricultura de Subsistência com utilização de parte do que aí é produzido na preparação das comidas servidas ao público visitante/turístico no restaurante existente na comunidade; Fábrica “Doce Jardim” responsável pela produção de polpa de frutas orgânicas usadas tanto no restaurante quanto comercializadas com os visitantes/turistas; Promoção de trilhas no Parque da Mata do Pau Ferro, com oferecimento do lanche denominado de “Piquenique na Mata” – onde são consumidas comidas típicas pelos visitantes/turistas. <u>Gastronômico:</u> “Restaurante Rural Vó Maria” – confecção e comercialização de pratos típicos da culinária regional (tradicional) servidos aos visitantes/turistas; Espaço comercial “Bodega Vó Maria” – com disponibilização do que é produzido na comunidade como: cachaça, rapadura, doces, biscoitos, mudas, artesanato, entre outros. O projeto de artesanato “Arte na Mão” com produtos feitos por mulheres da comunidade a partir da palha seca de bananeira (usada como matéria prima). <u>Religiosidade/Ritualística:</u> A religiosidade é marcada principalmente pela prática de devoção ao catolicismo popular como celebração aos festejos juninos (São João e São Pedro – Arraia e Farinhada) e pela prática do pôr do sol da “Vó Maria”, ato que ocorre todo dia às 18h, horário votivo dedicado a Nossa Senhora.
Comunidade Quilombola – Quilombo Quingoma	<u>Produção Agrícola/Respeito a Natureza:</u> Nessa comunidade a produção agrícola também se dá através da Agricultura de Subsistência como comercialização do excedente. Os produtos comercializados são: galinha caipira, hortaliças, pimentas, raízes, frutas, ovos de quintal, mudas e insumos orgânicos; Organização e realização de trilhas ecológicas para sensibilização e aprendizado da relação de equilíbrio com a natureza; <u>Gastronômico:</u> Gastronomia tradicional balizado por conhecimento ancestral transmitido de geração a geração, alicerçada nas matrizes africana e indígenas que compõem a comunidade. A vivência da gastronomia local servida durante o almoço conta com: acarajé, feijoada, sucos e água de coco. <u>Religiosidade/Ritualística:</u> Valorização do patrimônio religioso de herança africana e afrodescendente; Práticas quilombolas educativas, de sensibilização e de conscientização como: samba de roda, maculelê, capoeira, danças afro, toré e contação de histórias; O samba de roda como uma prática socioeducativa decolonial e transmoderna, constituindo-se sendo o ato de sambar em uma forma de cura.



**Comunidade Indígena
Catu dos Eleotérios****Produção Agrícola/Respeito a Natureza:**

A forma de produção agrícola é a Agricultura Familiar⁹ (com a produção de mandioca sendo o carro chefe, porém tem a produção de outros gêneros alimentícios. Nesse contexto, uma das visitas proporcionadas aos visitantes/turistas é a “Casa da Farinha”. Os visitantes/turistas são convidados a conhecer a forma de plantio (com o sistema de rotação de culturas exercidas em plantações nos quintais das casas dos moradores) e de produção de bolos típicos e do beiju, bem como as informações sobre os alimentos e os ingredientes;

São convidados também a participar de trilhas com o objetivo de sensibilização (responsabilidade social) para o uso sustentável dos recursos presentes na comunidade. Essas trilhas eram usadas pelos membros na coleta de frutos silvestres. No momento das trilhas os visitantes/turistas são incitados a participar de processos de reflorestamento da vegetação nativa (denominado de Refloresta Katu) e informados sobre os impactos que turismo pode ter na natureza.

Gastronômico:

Atividade se inicia com o café da manhã servido aos visitantes/turistas com o cardápio de comidas típicas (os pratos são preparados tendo por base os ingredientes produzidos na própria comunidade) a exemplo de: calambica¹⁰, cuscuz, peixe, tapioca, beiju, bolo de macaxeira, batata doce, além de outros insumos;

O almoço é realizado no restaurante “Olho do Catu”, pertencente a membros da comunidade e utiliza produtos produzidos por estes, a exemplo: das hortaliças, do feijão verde, da macaxeira, da batata doce, dos peixes entre outros.

Religiosidade/Ritualística:

Dança do Toré – Ritual em celebração aos ancestrais (os chamados “encantados” da mata) e aos elementos da natureza para o acolhimento em relação à visita, contando com o destaque e protagonismo do Mukuna (aprendiz de Pajé);

Outro ritual realizado é o “Ritual de Cura” que consiste em banho realizado no rio conduzido pelo Mukuna. Pode ser feita a hidratação da pele com o uso da argila existente no rio e a dos cabelos com o uso da “Babosa” (*Aloe vera*) muito comum na região;

Realiza-se também a Visita ao “Jardim da Cura” pertencente a “Maria Baixinha” onde é possível saber as plantas ornamentais e medicinais cultivadas nesse espaço (pode-se aprender muito com os conhecimentos ancestrais desta) assim como conhecer os trabalhos que são produzidos e expostos pelos artesãos locais

Ocorre também o Roteiro Espiritual proporcionando uma imersão cultural dentro dos diversos rituais realizados na comunidade, conta também com o protagonismo do Mukuna.

Para disponibilização das formas como o seu patrimônio cultural é utilizado pelas comunidades nas atividades de TBC nesses territórios elencamos os mesmos em categorias sendo estas as seguintes: produção agrícola e respeito a natureza; gastronomia; religiosidade e ritualísticas. Essa categorização classificatória dos diversos

⁹ A produção de subsistência tem por objetivo produzir alimentos com a finalidade de atender às necessidades básicas e imediatas da própria família ou comunidade onde esta é desenvolvida. A agricultura familiar conforma-se como umas dessas formas de produção em que a estrutura da propriedade, a gestão do negócio e a mão-de-obra utilizada no trabalho são realizados por uma mesma família. Algumas das características desse modelo são: a pequena propriedade de terra, a utilização de mão de obra familiar e a produção destinada ao mercado interno. No Brasil o abastecimento alimentar de grande parte do país é feito pelos diversos produtores familiares e através da produção de subsistência. Em contraposição a forma como se desenvolve a produção baseada na monocultura (produção de apenas um tipo de produto agrícola), o que é produzido consiste em uma grande variedade de alimentos, empregando diversas formas de exploração do solo e garantindo maior e melhor interação com o ecossistema agropecuário.

¹⁰ Prato comum do Litoral Sul potiguar, a Calambica é composta por macaxeira, leite de coco, manteiga e sal a gosto (cozidos em forma de mingau) e servido com carne de sol assada, podendo ser feito também com jerimum ou bata-doce.





patrimônio teve como fundamento somente a perspectiva de uma didatização para compreensão desses usos, haja visto que para essas comunidades não existe uma separação tipológica dos respectivos patrimônios, pois os mesmos se inserem em um modo de vida, em formas de conceber as relações interdependentes entre a materialidade e a imaterialidade bem como o equilíbrio e relação de interdependência com a natureza, buscando respeitá-la e conservá-la para que a mesma continue produzindo condições para a vida dessas comunidades.

A categorização também teve o objetivo de podermos relacionar e comparar como essas comunidades localizadas em diferentes territórios (Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte) apresentam, retratam, ostentam, exibem, demonstram, revelam, usam, manipulam, operam, lidam com as suas tradições, com as suas manifestações culturais, com as suas práticas, com os seus costumes, com as suas ancestralidades, com os seus saberes, com os seus fazeres, com suas formas de viver, com suas formas de curar, com suas formas de se relacionar com o mágico, com o mítico, com o sobrenatural, com as suas religiosidades etc. Manifestações transmitidas de geração a geração através da oralidade e do respeito à memória e da identidade desses grupos, produzindo o sentimento de pertencimento e de solidariedade entre estes.

Todas as três comunidades praticam a agricultura de subsistência demonstrando uma outra lógica no produzir e explorar a natureza, procurando garantir a manutenção e a não degradação dos espaços destinados a conservação das florestas em que as comunidades estão inseridas. Praticam trilhas nas matas remanescentes nesses territórios possibilitando ações de salvaguarda que buscam por meios da sensibilização dos visitantes/turistas através dessas caminhadas, garantir a preservação do meio ambiente bem como promover a preservação das crenças, dos costumes, das tradições, dos modos de viver das suas respectivas populações. Esses modos de viver e agir no mundo demonstram um forte sentimento de pertencimento e de identidade cultural denotando e comprovando que outras formas de viver e de conviver com a natureza é possível.

As categorias gastronomia, assim como a religiosidade e ritualísticas nos apresentam os processos de fortalecimento das culturas locais e da necessidade de valorização da identidade desses grupos, fazendo com que o turismo não se torne algo prejudicial e que interfira nas atividades sociais e culturais aí existentes, mas que possa ser encarado na condição de auxiliar na perpetuação das tradições dessas comunidades, assim como possam possibilitar de forma complementar, a geração de trabalho e renda baseados nos princípios de uma economia mais solidária e menos concorrente e excludente, possibilitando através dessas experiências que os turistas cada vez mais fiquem entusiasmados com a riqueza cultural, histórica e ambiental a desenvolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado na produção desse artigo nos demonstra que a apropriação do patrimônio cultural (tanto na sua vertente material quanto em sua vertente imaterial e para além dessas o patrimônio relacionado a natureza) pelo turismo não é uma novidade e que essa relação vem sendo buscada, podemos afirmar, desde as primeiras práticas turísticas institucionalizadas ainda em meados ou fins do século XIX. A procura por conhecer sobre a cultura do outro, se inteirar sobre os seus processos históricos, sobre o seu passado, sobre as formas de viver, sentir, produzir etc. tem fascinado todas as sociedades ao longo do tempo. As visitas realizadas aos museus, aos centros



históricos ou culturais, a experimentação de uma gastronomia com marcas identitárias, a participação ou acompanhamento de um ritual religioso, entre outras possibilidades durante as atividades desenvolvidas pelos visitantes/turistas proporcionam esse conhecimento e essa aproximação.

Nessa perspectiva a relação entre o patrimônio cultural e o natural com o turismo pode não somente promover o conhecimento sobre uma determinada comunidade/sociedade como também possibilitar a preservação e valorização desses patrimônios, na medida em que o uso deste atrai e enriquece a experiência dos turistas, também sensibilizando-os sobre a necessidade de manutenção e conservação destes. Como citado anteriormente essa interação tem-se constituído como fundamental ao longo da história, modelando a paisagem cultural e econômica de muitos territórios ao redor do mundo. Em assim sendo, a prática do turismo e do turismo cultural pode ser encarada como uma força positiva quando gerido de forma planejada, sustentável e responsável.

Portanto essa relação de uso e apropriação pode promover desenvolvimento econômico, com a geração de empregos e renda (isso se dando através de uma maior movimentação do comércio a exemplo da gastronomia, da produção e comercialização de souvenirs, da apresentação de manifestações culturais etc.), pode promover a troca de conhecimentos entre os residentes e os visitantes/turistas gerando intercâmbios, consequentemente promove também a interação social gerando desenvolvimento humano possibilitando a compreensão e apreciação da diversidade cultural.

Em se tratando da prática do Turismo de Base Comunitária, como podemos observar ao longo do texto (procurando discutir sobre sua história, definições, formas de realização) e em comparação com as tradicionais formas de se fazer turismo (e aqui incluímos o turismo cultural) podemos observar uma importante mudança na forma de estruturação e de condução desse modelo. Se em momentos anteriores o papel desenvolvido pelas comunidades ou territórios era basicamente o local onde o turismo acontecia, se em momentos anteriores é possível afirmar que essas comunidades eram as últimas a serem consultadas, nessa nova forma de se fazer turismo essa situação sofre uma virada interessantíssima, pois é a partir do que deseja, do que espera alcançar, ou seja, é a partir de si própria, dos anseios dessas comunidades que a prática turística acontece.

Nesse sentido o uso e apropriação do patrimônio cultural e natural existente nesses espaços, nesses territórios pela prática do TBC se dá pela vontade dos próprios produtores e mantenedores desses patrimônios. Aquilo que os identifica, aquilo que os diferencia (em relação aos demais grupos), aquilo que colabora com o sentido de comunidade ou de grupo social, aquilo que se constitui como forma de viver, aquilo que vem sendo transmitido de geração para geração ao longo do tempo. Os exemplos abordados no texto demonstram isso. Os diversos patrimônios existentes nas comunidades (Comunidade de Chã de Jardim, Comunidade Quilombola – Quilombo Quingoma e Comunidade Indígena Catu dos Eleotérios) aqui apresentadas são apropriados e usados compondo aquilo que Maldonado (2009, p. 29) define como patrimônio comunitário e que:

(...) é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.



REFERÊNCIAS

Brasil. (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília- DF: Presidente da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cury, I. (Org.). (2004). *Cartas Patrimoniais*. 3 ed. Rio de Janeiro-RJ: IPHAN.

IPHAN. (1937). *Decreto-Lei n 25, de 30 de novembro de 1937*. Brasília-DF: IPHAN. Recuperado de http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

IPHAN. (2010). *Dossiê Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – AM*. Brasília-DF: IPHAN. Recuperado de http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_19_sistema_agricola_web__12jul19.pdf

Köhler, A. F. (2019). As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, 9(2), 138-163. Recuperado de <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>

Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In Bartholo, R., Sansolo, D., & Bursztyn, I. (Orgs), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Rio de Janeiro-RJ: Letra e Imagem.

Moraes, E. A. de, Irving, M. de A, & Mendonça, T. C. M. (2018). Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Revista Tur., Visão e Ação*, 20(2), 249-265.

MTur. (2010). *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília-DF: Ministério do Turismo.

MTur. (2023). *Política Nacional de Turismo de Base Comunitária: subsídios e orientações técnicas*. Natal: SEDIS-UFRN; Brasília-DF: Ministério do Turismo.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 24/02/2025

Aprovado em: 07/04/2025

Received in: February 24, 2025

Approved in: April 07, 2025